Concepções Políticas

Luiz Nottar

PLATÃO

Platão nasceu em 427 a.C. na Grécia, e foi um dos ais importantes filósofos da época. Em sua concepção política ele apresenta por meio da obra A República o que ele acreditava ser o Estado ideal. Descreve uma cidade e que cada indivíduo realizaria uma função predeterminada, conforme a disposição natural de sua alma. Segundo ele haveria três classes sociais nessa sociedade (a dos militares, dos produtores e dos magistrados).

Nesta obra Platão discute ainda as diferentes formas de governo e apresenta uma justificativa racional em defesa daquela que, para ele, era a melhor forma de governo: a aristocracia ou governo dos sábios.

Dentre as diferentes formas de governo Platão discute os tipos de governo monárquico, aristocrático, democrático, tirânico, a timocracia (que é uma espécie de falsa aristocracia) e a oligarquia (o governo dos ricos). Dentre todos a tirania é a pior forma de governo.

A filosofia de Platão o conduziu desde cedo à concepção de um projeto político tão amplo quanto seu projeto filosófico e pedagógico que culminou com a fundação de sua escola: A Academia de Atenas. Desde a sua convivência com Sócrates e principalmente com sua condenação e morte, Platão esteve diante de fatos político. Ademais, a criação do projeto político de Platão teve origem, antes de tudo, nas decepções do filósofo com os modelos de governo baseados na democracia e nas ações dos governantes de seu tempo. O ponto culminante dessa criação foi a condenação e morte de Sócrates.

Pode-se notar que o projeto político de Platão não se apresenta essencialmente pela questão política, mas envereda pela ética e por uma educação, orientada pela filosofia, tão necessárias à formação humana. Da mesma forma Tiago Lara (1989) aponta que o projeto político de Platão é também um projeto educativo, de formação não apenas do cidadão mas também o homem de bem.

SÓCRATES

Filósofo grego nascido em 384 a.C. , Aristóteles foi discípulo de Platão, porém acabou desenvolvendo uma filosofia própria e sistemática, divergindo de seu mestre na compreensão de alguns conceitos.

A Concepção aristotélica de Estado referia-se a um conjunto formado pelos cidadãos e pelos atos de governo, sendo ambos regidos por uma constituição capaz de promover a virtude e o bem comum, aspectos relacionados ao conceito de justiça, que por sua vez era divida em justiça distributiva (divisão dos bens econômicos) e justiça participativa (organização de poder em que os cidadãos tivessem direitos iguais).

Aristóteles não acreditava em uma forma de Estado perfeita, ele analisou todas as constituições da época e a proposta platônica de um governo ideal. Avaliando as vantagens e desvantagens de cada uma, concluiu que poderia haver bons governos com poder em mão de apenas uma pessoa, mas também de algumas e muitas pessoas. Afinal, seu valor seria determinado pela constituição utilizada, a qual poderia e

deveria se modificar no decorrer do tempo, caso isso se mostrasse necessário.

Destaca-se que nas obras aristotélicas, a noção de política natural, ou seja da essência humana, considerada ao mesmo tempo, racional e sociável. Aristóteles chegou a definir os homens como um animal político (zoon politikon), por natureza voltado à justiça, a bem comum e à felicidade. Segundo o filósofo, essa condição é que teria levado a humanidade a fundar o Estado. Para Aristóteles, a pólis correspondia a uma associação de homens livre, capaz de garantir a sobrevivência e avida digna, sendo ética e feliz.

NICOLAU MAQUIAVEL

Nascido em 1469 na Itália, Maquiavel foi um importante filósofo que rompeu com a tradição que vinculava a ação política à ética. Por essa razão, seu pensamento é considerado o marco de passagem para as concepções políticas modernas.

O Renascimento trouxe uma série de inovações no campo da cultura. Uma delas foi desenvolvida por um autor italiano, Nicolau Maquiavel, que procurava fundamentar uma filosofia política tendo em vista a dominação do ser humano. Essa pretensão tinha como modelo as ciências naturais que estavam em plena descobertas por Galileu e com o próprio ideal renascentista de domínio da natureza.

O problema para Maquiavel era saber a quem serve a ciência política e o que fazer para conseguir se manter no poder. Apesar de ser um defensor da burguesia, não se sabe ao certo qual era a sua preferência de forma de governo. Mesmo assim, ele tende ora para a República, ora para a Monarquia.

Para ele, essa questão é secundária, pois a sua concepção de história era cíclica e os governos sempre se degeneravam: da monarquia à tirania, desta à oligarquia e à aristocracia, que, por sua vez, recaíam na democracia que, enfim, só terá solução com um ditador. Isso acontece e se repetia porque os seres humanos têm uma essência universal: o desejo de poder e os vícios, que acabam fazendo com que os governos se degenerem.

Na obra O príncipe, ele descreveu uma arte de governar que possibilitaria ao governante ser amado, mas também temido, mantendo assim, o controle e ordem social. O governante deveria desenvolver a virtude política, denominada virtú, esta consistiria na capacidade de adaptar-se as circunstâncias e aos objetivos de conquistar e manter-se no poder. Nesse contexto o príncipe poderia ate mesmo desrespeitar certos princípios morais a fim de conservar a ordem social e promover bem comum.

THOMAS HOBBES

Filósofo inglês nascido em 1558, Thomas Hobbes caracterizou o estado de natureza como uma ''guerra de todos contra todos''. Nesta concepção os homens viveriam em uma constante guerra de disputas sem justiça, leis ou punições. Ele parte do princípio de que todos os seres humanos são maus por natureza. Portanto, pode-se inferir imediatamente de que nesse estado existe conflitos entre pessoas, pois nesse estado de natureza, os indivíduos têm o direito natural que não necessita do Estado para existir. Aliás, o direito natural é o direito a vida, entretanto, todos seres humanos no estado de natureza tem direito a vida, esse direito a vida pressupõe não apenas a vida em si, mas si a utilização de todos meios necessários para a concretização da vida. Isto gera um conflito entre os homens, gera uma guerra de todos contra todos. Pois, se eu tenho o direito a vida, então, eu preciso me alimentar, ao querer me alimentar vou atrás do meu alimento, ao ir atrás do meu alimento, eu vou fazer que bem entender, visto

que nesse estado não existe regras, leis que geram a ordem. No estado de natureza não existe o direito a propriedade privada, pois, o indivíduo não é dono de nada. Eu sou dono daquilo que consigo manter durante esse estado de natureza, mais nada.
Então Hobbes propõe O contrato social, que corresponde ao momento em que as pessoas transferem os seus direitos naturais ao Estado, portanto, o indivíduo passa a não ter mais direito, visto que, o Estado é absolutista. Hobbes é o criador do conceito soberania do Estado, e, para ele a soberania do Estado deve ser absoluta, pois se houver qualquer possibilidade de questionamento das ordens que vem do Estado, isto significa que o Estado não é soberano. Nesta possibilidade, a única coisa forma de sair do estado de natureza é transferir os direitos para o estado.
Neste sentido, Hobbes estabelece 5 pilares para o Estado: compete ao estado garantir a segurança, a liberdade, a igualdade, a educação pública e a propriedade material ou privada. Dos cincos objetivos, somente o primeiro seria obrigatório.

JOHN LOCKE

John Locke foi um filósofo inglês nascido em 1632. É considerado o "o pai do liberalismo", descreveu o Estado como uma condição de liberdade e igualdade, na qual cada homem busca seu bem. Essa condição teria seu limite em virtude de conflitos pela posse de riquezas, o que resultou na criação de um pacto social para proteger o direito à propriedade privada. Com o passar do tempo, a estrutura das sociedades europeias começou a mudar e junto com elas as percepções de Locke. A insatisfação com os abusos da nobreza fizeram com que a burguesia começasse a se manifestar contra a monarquia absolutista. Nesse cenário, John Locke teve um papel importante para a transição do pensamento político, inaugurando uma nova modalidade de governo: o liberalismo. Quando Locke escreveu os Dois Tratados sobre o Governo, a sua principal obra de filosofia política, tinha dois objetivos: refutar a doutrina do direito divino dos reis e do absolutismo régio, como tinha sido apresentada no livro de Robert Filmer e

Patriarcha, assim como criar uma teoria que conciliasse a liberdade dos cidadãos com a manutenção da ordem política.
A refutação da teoria de Filmer no primeiro Tratado é completa. Essa teoria sobre a soberania absoluta de Adão, e dos reis enquanto descendentes do primeiro homem, perdeu qualquer interesse, e o argumento de Locke tornou-se o padrão. Mesmo não havendo referências diretas a Hobbes, Locke parece tê-lo tido em mente quando defendeu que o poder absoluto dos reis mantêm o estado natural entre o soberano e os súditos, no seu relacionamento.
As doutrinas apresentadas no segundo tratado tornaram-se a base de filosofia política e social, durante gerações. Para Locke o Trabalho é a origem e a justificação da propriedade. O contrato, ou o consentimento, é a base do governo e da fixação dos seus limites. Sendo que as duas doutrinas se baseiam na independência da pessoa enquanto indivíduo. O estado natural não reconhece o governo, mas assim como na sociedade política, os homens estão sujeitos a regras morais, que não é mais que a

Lei de Deus. Os homens nascem livres e com os mesmos direitos. Em princípio, era assim que era a sociedade primitiva, em que havia o suficiente para todos.

Locke defende que, quando a humanidade se multiplicou e a terra se tornou insuficiente para todos, foram necessárias regras para além das criadas pela lei moral ou natural. Mas a origem do governo não se baseia nesta necessidade econômica, mas em outra causa. A Lei Moral é sempre válida, mas não é necessariamente mantida para sempre. Na sociedade natural todos os homens têm o mesmo direito de punir um infrator. De fato, a sociedade civil nasce quando, para uma melhor administração da justiça, os habitantes acordam entre si delegar esta função a determinados pessoas. Assim o governo é instituído por meio de um contrato social, sendo os seus poderes limitados, envolvendo obrigações recíprocas, sendo que estas obrigações podem ser modificadas e alteradas pela autoridade que as conferiu.

IMMANUEL KANT

Nascido em 1724 no Reino da Prússia, Immanuel Kant usou o contrato social como hipótese racional para explicar a origem e os objetivos do poder político. Segundo ele, o objetivo do estado civil seria garantir as liberdades individuais, que estariam distantes em um estado de natureza. O contrato social, deveria ter como princípio a priori, que indicava que o Estado deveria ser uma instituição capaz de fornecer a liberdade aos participantes da comunidade.
Segundo Kant, no estado da natureza cada um age segundo o seu desejo, defende o seus próprio interesse e faz justiça pelos meios que dispõe. O pacto pelo qual o próprio se constitui em Estado é o contrato originário segundo o qual todos no povo renunciam à sua liberdade para em seguida a recuperar como membro de uma comunidade. O homem abandonou assim a sua liberdade selvagem e sem lei para de novo encontrar a sua liberdade em geral.

As formas de Estado poderiam ser Autocracia (poder na mão de uma só pessoa), Aristocracia (alguns mandam na comunidade) ou a Democracia (todos mandam em cada um). O Estado seria dividido em três poderes, semelhante ao que Montesquieu achava importante. Sendo assim haveria um poder soberano na pessoa do legislador, poder executivo na pessoa do governante, poder judicial na pessoa do juiz.

Para Kant o Estado não pode ficar indiferente aos problemas sociais. Ao ''chefe'' supremo cabe indiretamente, como responsável do dever do povo, o direito de definir com impostos para sua própria conservação, por exemplo os impostos no interesse dos pobres, os hospícios e a Igreja, designadas, instituições de caridade. Graças a formação do Estado é lícito ao Governo obrigar os poderosos a fornecer os meios de subsistência aos que de tal são incapazes, inclusive às necessidades básicas.

Do ponto de vista político podemos dizer que Kant é republicano liberal. A democracia é para ele um é

um regime despótico. É a Montesquieu que provavelmente foi buscar a separação de poderes. Para Kant o Estado constrói-se com base no imperativo moral e nas leis éticas. A política e o estado de direito devem assim estar subordinados à moral.